



V JORNADA CIENTÍFICA PRODER



ARQUEOLOGIA SOCIAL INCLUSIVA E O BEM VIVER: POSSIBILIDADES DE UM DIÁLOGO.

Francisco Evanildo Simão da Silva¹
Francisca Laudeci Martins Souza²
Cintia Maria Silva de Carvalho³
Cícero Álef Gomes Pereira⁴

RESUMO

A ASI- Arqueologia Social Inclusiva é a arqueologia da afetividade, uma ciência construída sob as bases da coletividade social. Os sítios arqueológicos passam a ser compreendidos como espaços de ciência cidadã e patrimônio biocêntrico daquela localidade. A arqueologia social inclusiva nasce com o intuito de restabelecer o sentimento de pertencimento das populações envolvidas com a pesquisa arqueológica e maiores interessados na proteção material e imaterial dos achados essa ciência dialoga com os postulados do Bem Viver. A proposta andina do Bem Viver surge a partir da perspectiva dos marginalizados nos últimos 500 anos. Nasce como uma oportunidade para construir uma outra sociedade, a partir do reconhecimento dos diferentes valores culturais existentes no mundo e o respeito pela natureza.

Palavras chaves: Arqueologia Social Inclusiva, Bem Viver, Ancestralidade

Introdução

A arqueologia tem passado, nas últimas décadas, por substanciais mudanças não somente nas técnicas de pesquisa e prospecções que utilizam o mais alto nível tecnológico, mas, sobretudo, as mudanças são de cunho epistemológico, que buscam

¹ Historiador, especialista em Arqueologia Social Inclusiva, mestrando em Desenvolvimento Regional Sustentável (UFCA) e acadêmico de Direito (URCA) email: evanildosimao@hotmail.com.

² Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri (1991), mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará (1999) e doutorado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2010). Atualmente é Professora do Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável - PRODER - da Universidade Federal do Cariri - UFCA e professora Associada do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri - URCA email: laudecimartins@yahoo.com.br

³ Acadêmica de Direito pela UNIFOR - Universidade de Fortaleza, email: cintiaasimao@hotmail.com.

⁴ Engenheiro Civil - Faculdade Paraíso do Ceará, email: alef.semog@gmail.com.



V JORNADA CIENTÍFICA PRODER



redirecionar a arqueologia para novos embates científicos, provocados por novos sujeitos, que historicamente estiveram a margem da construção da ciência arqueológica.

Marion Robrahn-gonzález definiu a história da arqueologia, como sendo:

Uma História de ideias e descobertas, de discussões teóricas, de formas de olhar para o passado. É, em seguida, a História do desenvolvimento de métodos de pesquisa, capazes de desenvolver aquelas ideias e teorias e, assim obter informações que nos auxiliem a conhecer e a melhor compreender a mais antiga História da humanidade (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1999, P. 11).

Quase três séculos passaram-se após os postulados iniciais de Johann Joachim Winckelmann que para muitos é considerado o fundador da arqueologia moderna, em função de seus estudos das escavações de Pompéia e Herculano. Winckelmann revolucionou as formas tradicionais de estudo da Antiguidade, que, desde o século XVII, se organizava a partir da lógica do colecionismo.

Em linhas gerais podemos afirmar que a história da arqueologia nasce com o surgimento do arqueólogo, pois até então esse campo de atuação era *locus* do antiquário⁵, o colecionador especializado, a serviço dos nobres da época. O antiquarismo foi à primeira expressão do que mais tarde seria conhecido como arqueologia clássica.

O processo de construção científica da arqueologia ao longo dos dois últimos séculos, possibilitou a solidificação dos seus métodos de estudo e enunciados, espraiando-se e reconectando-se com várias outras ciências, tais como história, sociologia, antropologia dentre outras. Segundo as postulações de Vito Oliveira Jorge a Arqueologia:

“É antes de tudo uma ciência social, que visa, a partir da análise das materialidades que nos rodeiam, contribuir para o conhecimento da história da nossa espécie. Nesse sentido, há muito que ela abandonou a sua matriz inicial de estudo de antiguidades para assumir, como âmbito da sua atividade, a totalidade do espaço planetário e do tempo histórico, até à atualidade” (JORGE, 2000, p. 11).

Durante a construção de sua maturidade como ciência a arqueologia serviu para reforçar durante muito tempo, as estruturas de dominação da sociedade, solidificando e legitimando o processo de colonialidade pelos quais diversos países sofreram. A formatação do nacionalismo e das identidades nacionais utilizaram a

⁵ O antiquário é o “sábio que se ocupa dos monumentos e objetos antigos, no mesmo sentido em que se emprega, modernamente, a palavra arqueólogo” (Costa 1936: 36).



V JORNADA CIENTÍFICA PRODER



arqueologia para a construção de histórias autoctónes, de mitos fundadores da nação, pois não há nação sem tradição, sem passado e a arqueologia tinha que prestar esse serviço, submergindo no tempo para fundamentar as ações políticas do presente. Nos últimos tempos tem crescido uma profunda preocupação com narrativas simbólicas que reforcem a hegemonia de um povo ou de uma região sobre outras.

Arqueologias estreitamente identificadas com políticas de Estado ou a serviço do Estado correm sempre um alto risco de serem distorcidas, na medida em que são induzidas à manipulação de evidências de modo a promover os interesses da ideologia dominante (KOHL E FAWCETT, 1995 p.4)

Nas últimas décadas inicia vários movimentos teóricos dentro da ciência arqueológica que buscam descolonizar o imaginário do arqueólogo e dos seus postulados, visando à superação dos dogmas da arqueologia tradicional e instrumentalizando um novo caminho ao entendimento dos pressupostos do pensamento arqueológico.

A arqueologia processual, dominante nos anos 70 e 80 começa a ser questionada, pois o [método científico](#) rigoroso determinado por essa corrente, já não dava conta de sincronizar a teoria com os dados coletados em campo, essa linealidade objetiva, dos processualistas não era suficiente para entender a temporalidade dos fatos históricos e suas consequências na humanidade. O antropólogo pós-processualista Daniel Miller acredita que a abordagem positivista dos processualistas, ao sustentar que apenas o que pode ser sentido, testado e previsto seria válido, apenas procuraria produzir um conhecimento técnico que facilita a opressão das pessoas comuns pelas elites.

O embate teórico foi imenso que até mesmo os processualistas, remasterizam suas teorias e trouxeram novos arcabouços metodológicos que eles batizaram de Arqueologia Cognitiva-processual. O objetivo primordial dessa Arqueologia foi desenvolver estruturas de inferências, evitando conclusões precipitadas, para a interpretação, a partir do registro arqueológico, de como as pessoas utilizaram suas mentes nas primeiras sociedades, no entanto, Colin Renfrew é categórico sobre essa nova abordagem, afirmando que esses pesquisadores mantiveram o mesmo caráter



V JORNADA CIENTÍFICA PRODER



científico da arqueologia processual das décadas de 1960 e 1970, porém rejeitaram o positivismo em seu âmbito filosófico.

Atualmente a arqueologia pós-processual vive um momento de crítica e autocrítica, questionando os pressupostos estabelecidos que ainda bebem na fonte do processualismo. A arqueologia, nas últimas décadas, tem afastado-se das abordagens descritivas, classificatórias e positivistas que faz da reconstituição do passado de sociedades e da própria disciplina (FUNARI; GONZALEZ, 2008, p. 1).

A principal questão está voltada para incorporação da comunidade no debate científico arqueológico e nas interpretações que faz o arqueólogo do passado que deve esta embasada no empoderamento e na socialização do saber junto à comunidade, mas não só ela, o debate deve aglutinar diversos autores. O público é amplo, não são apenas as comunidades locais, indígenas e estudantes, mas também, a sociedade em geral (FUNARI; GONZALEZ, 2008, p. 3).

A ideia de que o objeto de estudo da Arqueologia já saiu das mãos do arqueólogo aponta para a necessidade da incorporação dos vários grupos da sociedade no processo interpretativo arqueológico, pois o conhecimento do passado e o patrimônio arqueológico podem ser tomados para legitimar o poder de grupos dominantes na sociedade. Dessa forma, patrimônio arqueológico é o ponto inicial para a vida social, pois as evidências arqueológicas e o trabalho dos arqueólogos podem fornecer uma visão mais complexa do passado, permitindo ao público uma melhor compreensão dos contextos atuais e das contradições da sociedade (FUNARI; GONZALEZ, 2008, p. 18).

Nesse contexto começa a surgir uma arqueologia que não está envolvida somente com as verdades dos postulados acadêmicos e científicos, mas esta também comprometida com a equidade de gênero, a solidariedade, a justiça social, as trocas de saberes e o bem viver comunitário.

É com essa matriz que surge a ASI- Arqueologia Social Inclusiva com afetividade, ciência construída sob as bases da coletividade social. Os sítios arqueológicos passam a ser compreendidos como espaços de ciência cidadã e patrimônio biocêntrico daquela localidade. A arqueologia social inclusiva nasce com o intuito de restabelecer o sentimento de pertencimento das populações envolvidas com a pesquisa arqueológica e maiores interessados na proteção material e imaterial dos achados. A ASI não é uma ciência “bancária” como diz Paulo Freire ela é, sobretudo,



V JORNADA CIENTÍFICA PRODER



“um espaço de vivência ativa no presente de um passado que se reconstitui como herança para o futuro” (LIMAVERDE, 2015 p.12).

Essa Arqueologia que se proclama inclusiva rompe com os ditames de um academicismo fechado e profundamente teórico. A Arqueologia Social Inclusiva adentra, permanece e dialoga com e na comunidade. A ASI propõe como um dos eixos norteadores a utilização dos conhecimentos sistematizados pelo patrimônio arqueológico unidos ao intangível da memória do mito, no delineamento de soluções práticas e caminhos frente aos problemas concretos da comunidade (LIMAVERDE, 2015 p.12).

Esse espírito de pertencimento arqueológico pode ser conferido no trabalho diário da Fundação Casa Grande Memorial do Homem Kariri, lá é um grande laboratório que ousa gestar uma arqueologia que busca a sustentabilidade, nas suas dimensões social, cultural, econômica, ecológica e espacial como propõe Ignacy Sachs (1993, pág. 37 e 38).

Para a arqueóloga e fundadora da Casa Grande Rosiane Lima Verde a inserção da Arqueologia Social Inclusiva se dar pelo

O protagonismo das crianças e jovens da Casa Grande legitimando a herança do patrimônio arqueológico, sendo elas próprias às guardiãs da memória local, construindo a cidadania e dignificando suas próprias vidas. Na Casa Grande, essas heranças foram e são revividas, recriadas e retransmitidas pelas próprias crianças para outras crianças, a comunidade e o público, como um processo de aprendizado contínuo de gestão do patrimônio cultural (LIMAVERDE, 2015 p.12).

Essa arqueologia que busca a inclusão social, o diálogo fraterno entre cientistas e populares, que não arroga pra si sua condição de verdade unilateral, que compreende a necessidade de reencontrar nossa ancestralidade e a nossa ligação com a mãe terra, uma arqueologia que busca o respeito, a alteridade e acima de tudo está alicerçada na busca de descolonizar o nosso imaginário para entender que a ciência deve esta comprometida com a luta contra todas as formas de injustiças e preconceitos, buscando a existência de uma trilha que nos liberte de visões dogmáticas e colonizadoras.



V JORNADA CIENTÍFICA PRODER



2. Materialidade dos saberes tradicionais do Bem Viver uma ponte conectando a Arqueologia Social Inclusiva.

O Bem Viver é uma proposta que surge a partir da perspectiva dos marginalizados nos últimos 500 anos. Surge como uma oportunidade para construir uma outra sociedade, a partir do reconhecimento dos diferentes valores culturais existentes no mundo e respeito pela natureza. Na visão de Acosta o bem viver é, essencialmente, um processo proveniente da matriz comunitária de povos que vivem em harmonia com a natureza (ACOSTA, 2016).

O conceito de *Bem-viver* vem de duas palavras com significados semelhantes em Quetchua e em Aymará: *sumak* (muito bom), e *kawsay* ou *camaña* (conviver). Para eles, a vida deve ser vivida em harmonia consigo mesmo, com outras pessoas do mesmo grupo, entre grupos diferentes, com *Pachamama* – a Mãe Terra, com outras espécies e com os espíritos. É uma concepção de vida capaz de orientar diferentes projetos de sociedade, seja para corrigir o sistema de mercado produtivista-consumista, seja para inspirar um sistema inteiramente novo face à agonia do capitalismo em sua forma mais acabada – a neoliberal.

Acosta (2016) afirma que, por propor harmonia com a natureza, relacionalidade, reciprocidade, solidariedade e complementariedade entre indivíduos e comunidades, com seu regresso a valores de uso e sua oposição ao conceito de acumulação perpétua, o Bem Viver abre as portas para a construção de um projeto emancipador para a formulação de alternativas de vidas - e, nós acrescentamos, conseqüentemente, para a reconfiguração das relações entre comunidade e pesquisadores.

O Bem viver têm enorme sintonia com outras visões de mundo nos quais se procura estabelecer relações de equilíbrio, de harmonia com a natureza e com a comunidade. Por exemplo, a terminologia sul-africana Ubuntu: “Eu sou porque você é, você é porque eu sou, você e eu somos”.



V JORNADA CIENTÍFICA PRODER



O Bem Viver advoga por recuperar o passado para redimir o futuro, ampliando as vozes ignoradas das comunidades e da Mãe Terra (RIVERA CUSICANQUI, 2010). O Bem Viver como nos diz Pablo Solón (2019), não é voltar ao passado de conteúdo presente. É fazer da memória um sujeito histórico. Essa conexão entre história, memória e identidade no Bem Viver e na Arqueologia Social Inclusiva é reforçada pela assertiva de Rafael Baustista (2010),

O discurso linear do tempo da física moderna já não nos serve; por isso precisamos de uma revolução no pensamento, como parte da mudança. O passado não é o que deixa pra trás e o futuro não é o que está por vim. Quanto maior a consciência sobre o passado, maior a possibilidade de criar futuro. O verdadeiro assunto da história não é o passado enquanto passado, mas o presente, porque o presente é o que sempre necessita de futuro e passado (BAUSTISTA, 2010).

É no eixo comunitário e da ancestralidade que o Bem Viver dialoga com maestria com a Arqueologia Social Inclusiva, pois ambas as práticas bebem na fonte da alteridade, num esforço de tornar visíveis práticas sociais que apontem para outras vivências, práticas coletivas que buscam compreender o processo histórico a partir dos anônimos, daqueles que são marginalizados pela ciência acadêmica no fazer arqueológico.

O Bem Viver e a Arqueologia Social Inclusiva representam hoje um enorme desafio ao pensamento e à prática, porque constitui uma nova utopia, que toma o lugar da antiga utopia do progresso sem fim que está desmoronando e da cientificidade dogmática, reinante nas academias. Como toda utopia, o Bem Viver e a Arqueologia Social Inclusiva são ideias-forças, não um sonho irrealizável. São ideias e práticas que devem mobilizar as vontades para tornar-se realidade na história, e não um ideal ilusório que nos afasta do real.

O Bem Viver e a Arqueologia Social Inclusiva despertam uma nova esperança e abrem o nosso horizonte na busca por uma arqueologia cada vez mais biocêntrica.



V JORNADA CIENTÍFICA PRODER



Bibliografia

ACOSTA, Alberto. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. Elefante, 2016

FUNARI, Pedro Paulo A.; ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. **Ética, capitalismo e arqueologia pública no Brasil**. *História*. São Paulo, v. 27, n. 2, p. 13-30, 2008

JARA, Carlos Julio. *As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável*. Expo Brasil Desenvolvimento Local. IICA – Brasil. Brasília: 2001

JORGE, Vítor Oliveira. **Arqueologia, Patrimônio e Cultura**. Instituto Piaget, 2000

KOHL, P & FAWCETT, C. 1995 Arqueologia a serviço do Estado: considerações teóricas. Em: KOHL, P; FAWCETT, C (eds.) Nacionalismo, Política e a Prática da Arqueologia. Cambridge: Cambridge U.P., pp. 3-20.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Traduzido por Bernardo Leitão. Campinas: Editora UNICAMP, 2003.

LIMA, T. A. **Teoria e método na Arqueologia Brasileira: Avaliação e Perspectivas** In: Souza, S. M. F. M de (org). In: Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, 9, 2000, Porto Alegre. Anais. Rio de Janeiro: SAB, 2000. CD-ROM.

LIMAVERDE, Rosiane. **Arqueologia Social Inclusiva a Fundação Casa Grande e a Gestão do Patrimônio Cultural da Chapada do Araripe**. Tese (Doutorado). Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Portugal

_____. **Casa Grande: A tapera de Água Saída do Mato**. Crato: Monografia de Especialização em História do Brasil. Universidade Regional do Cariri – Urca. 2000.

_____. **Os Registros rupestres da Chapada do Araripe, Ceará, Brasil**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Conservação do Patrimônio. Recife, 2006

LOPES, Maria da Conceição. **O passado em Cena: resgatar memória nos lugares de memória**. Texto apresentado no 12th International Seminar de Forum UNESCO – University and Heritage. Hanoi (Vietnam), 2009

MALERBA, Jurandir (org.). **Lições de História: O Caminho da Ciência no Longo Século XIX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, Porto Alegre: EdiPUCRS, 2010.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212. 1992.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992

QUINDINS, Alemberg. **Os caminhos da Chapada do Araripe**. Edição comemorativa dos 20 anos de Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri. 2009.



V JORNADA CIENTÍFICA PRODER



ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. **Arqueologia em perspectiva: 150 anos de prática e reflexão no estudo de nosso passado.** Revista USP, São Paulo, n. 44, p. 10-31, dez./fev. 1999-2000

SEN, Amartya; MOTTA, Laura Teixeira; MENDES, Ricardo Doninelli. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUSA, Ana Cristina de. **Arqueologia da paisagem e a potencialidade interpretativa dos espaços sociais.** v. 3, n. 2. Goiânia: Hábitus, 2005.

TAUSSIG, Michael. *O diabo e o fetichismo da mercadoria na América Latina.* - São Paulo: Ed. Unesp, 2010.